

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

- 61** Uma das formas de se buscar equidade na sociedade por meio da intervenção estatal consiste na criação de um tributo proporcional para financiar o orçamento público; assim, os mais ricos pagariam proporcionalmente mais impostos que os mais pobres.
- 62** Entre as atribuições econômicas governamentais destacam-se os ajustes para melhor alocação dos recursos e distribuição de renda, bem como a manutenção da estabilidade econômica.

A ação planejada do Estado na manutenção de suas atividades e na execução de seus projetos materializa-se por meio do orçamento público. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 63** Em consonância com o princípio da totalidade orçamentária, cada ente da Federação deve elaborar uma única lei orçamentária com todas as receitas previstas e despesas fixadas para o exercício financeiro.
- 64** Durante o ciclo orçamentário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias define diretrizes, programas, objetivos e metas para a estruturação do plano plurianual que vai orientar a atuação governamental no quadriênio.
- 65** Os princípios orçamentários, válidos para todos os poderes e entes federativos, visam estabelecer regras básicas a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

No que se refere ao sistema de planejamento e de orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 66** A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios estabelecerão, em atos próprios, a classificação funcional dos seus orçamentos, organizados por funções e subfunções, em consonância com a estrutura de programas do sistema de planejamento e orçamento federal.
- 67** As despesas orçamentárias com *softwares* e com o planejamento e a execução de obras são classificadas no sistema orçamentário no grupo de natureza de despesa denominado inversões financeiras.
- 68** As unidades orçamentárias integram o sistema de planejamento e orçamento e ocupam o maior nível da classificação institucional, sendo responsáveis pela apresentação da programação orçamentária detalhada da despesa por programa, ação e subtítulo.
- 69** Os créditos adicionais, que correspondem às autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do orçamento, classificam-se como extraordinários quando destinados a dispêndios urgentes e imprevistos, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- 70** Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal de 1988 serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

Julgue o item a seguir, referente ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC).

- 71** O SIAFIC é o sistema eletrônico de informações financeiras criado pelo governo federal para, entre outros objetivos, assegurar a transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos.

Em 20/1/2022, a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim emitiu os boletos para a cobrança do IPTU de 2022, no valor de R\$ 34.033.996,80. Em 1.º/1/2023, o município fez a cobrança judicial dos valores do IPTU de 2022 dos contribuintes inadimplentes, no montante de R\$ 4.033.000,00.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 72** O valor de R\$ 4.033.000,00 corresponde à receita do IPTU de 2022 inscrita em dívida ativa municipal.
- 73** No momento da emissão dos boletos para a cobrança do IPTU de 2022 (20/1/2022), quando a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim identificou a ocorrência do fato gerador do IPTU, determinou a matéria tributável, calculou o montante do tributo devido e identificou o sujeito passivo, o estágio da receita do IPTU era o da cobrança.

Uma entidade pública realizou regular licitação para a compra de computadores no valor de R\$ 100 mil. A entrega dos computadores foi efetivada e devidamente atestada pelo órgão público em 31/12/2022. Contudo, em virtude de burocracia interna da entidade, o pagamento só foi realizado trinta dias após a entrega dos computadores.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 74** No tocante à classificação da dívida pública constante da LRF, a despesa relativa a compra dos computadores no valor de R\$ 100.000,00 será classificada, como dívida flutuante.
- 75** No orçamento de 2023 da referida entidade pública, a despesa com a compra dos computadores será registrada como restos a pagar.
- 76** O estágio do pagamento da despesa ocorreu em 2022.

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), julgue os próximos itens.

- 77** A LRF atribuiu novas funções à lei de diretrizes orçamentárias, além daquelas já constantes da Constituição Federal de 1988, sendo uma dessas inovações o anexo de metas fiscais, instrumento no qual são estabelecidas metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
- 78** Entre os parâmetros estabelecidos na LRF para acompanhamento das metas e dos limites fiscais, está a receita corrente líquida, que, no âmbito municipal, é apurada sem deduções de transferências constitucionais.
- 79** O limite máximo das despesas com pessoal dos entes da Federação será estipulado em função da receita corrente líquida, correspondendo a 65% de tal receita no caso dos municípios.
- 80** A regra de ouro prevista na LRF estabelece que nenhum ato que provoque aumento da despesa de pessoal poderá ser editado nos 180 dias anteriores ao final da legislatura ou do mandato dos chefes dos Poderes Executivos.

A respeito da saúde na Constituição Federal de 1988 (CF) e do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os itens a seguir.

- 81** É atribuição do SUS participar do controle de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- 82** Segundo a CF, cabe exclusivamente ao poder público dispor sobre a regulamentação, a fiscalização, o controle e a execução dos serviços de saúde.
- 83** A utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades e para a alocação de recursos consiste em uma diretriz a ser observada pelo SUS.
- 84** Inclui-se no campo de atuação do SUS a execução de ações de saúde do trabalhador, entre as quais está abrangida a garantia do direito do sindicato dos trabalhadores requerer ao órgão competente a interdição do ambiente de trabalho quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.
- 85** O princípio da universalidade de acesso ao serviço de saúde é definido em lei como o conjunto de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema de saúde.
- 86** A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC), no âmbito do SUS, é composta por: um membro do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS); um membro do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); um membro indicado pelo Conselho Nacional de Saúde; um membro indicado pelo Conselho Federal de Medicina; e um membro indicado pela Associação Médica Brasileira.

Julgue os itens a seguir, a respeito da organização, da direção, da gestão, das competências e das atribuições inerentes ao SUS.

- 87** Compete às direções estaduais do SUS a articulação com os órgãos de fiscalização do exercício profissional na área da saúde.
- 88** A União pode executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária durante a ocorrência de agravos à saúde que escapem ao controle de direção estadual do SUS ou que representem risco de disseminação a nível nacional.
- 89** Em nível municipal, o SUS pode organizar-se em distritos, a fim de articular recursos, técnicas e práticas que visem à cobertura total das ações de saúde.

Julgue os itens a seguir, a respeito da atenção à saúde do indígena, do atendimento e da internação domiciliar e do atendimento à mulher.

- 90** Toda mulher tem direito de ser acompanhada por pessoa maior de idade durante todo o período de atendimento em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde.
- 91** Apesar de as populações indígenas terem o direito à saúde garantido, não se admite a sua participação no Conselho Nacional de Saúde.
- 92** A modalidade de atenção domiciliar tipo 2 (AD2) abrange pacientes que necessitam habitualmente de equipamentos ou procedimentos especiais.
- 93** A modalidade de atenção domiciliar tipo 1 (AD1) é destinada aos usuários que tenham problemas de saúde controlados e dificuldade física de se locomover até uma unidade de saúde, bem como aos usuários que não necessitem de atendimento médico frequente.

A respeito dos serviços privados de assistência à saúde, do entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do direito à saúde e do rol de procedimentos e eventos previstos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), julgue os itens seguintes.

- 94** Lesões autoinfligidas ou automutilações realizadas por pessoas com doenças mentais devem ser consideradas acidentes pessoais, para fins de cobertura e prazos de carência de planos de saúde.
- 95** Quando necessário, o SUS poderá recorrer à contratação de serviços ofertados pela iniciativa privada, hipótese em que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar no SUS.
- 96** Nos casos de emergência, os planos de saúde são obrigados a oferecer cobertura ao paciente, ainda que esteja vigente o prazo de carência contratual.
- 97** A ANS estabelece que poderá aderir a plano privado de assistência à saúde coletivo por adesão o grupo familiar do beneficiário titular até o terceiro grau de parentesco consanguíneo.
- 98** Desde que de forma devidamente fundamentada, magistrado poderá determinar a internação compulsória de pessoa com transtorno mental, mesmo contra a sua vontade ou a dos familiares dela, caso essa medida seja necessária à preservação da vida da própria pessoa.
- 99** Quando constarem do rol de procedimentos e eventos em saúde previsto pela ANS, os procedimentos necessários ao tratamento de complicações cirúrgicas, decorrentes de procedimentos cobertos ou não, terão cobertura obrigatória.
- 100** Os procedimentos bucomaxilofaciais em que haja necessidade de internação hospitalar deverão ser cobertos pelos planos odontológicos.

**Espaço livre**